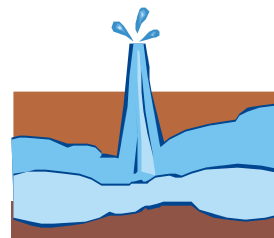


**DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE
SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ**

Março/2004

**PROJETO CADASTRO
DE FONTES DE
ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

PIAUÍ



 **CPRM**
Serviço Geológico do Brasil

 **PRODEEM**
O Brasil se liga, o futuro acontece

Programa
LUZ
para todos

Secretaria de
MinaseMetalurgia

Secretaria de
Desenvolvimento Energético

Ministério de
Minase Energia


UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Dilma Vana Rousseff

Ministra de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA

Mauricio Tiomno Tolmasquim

Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO

André Ramon Silva Martins

Secretário Interino

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

Giles Carriconde Azevedo

Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

João Nunes Ramis

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
PRODEEM

Paulo Augusto Leonelli

Diretor

Aroldo Borba
Gerente Técnico

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas

Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Álvaro Rogério Alencar Silva

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho

Diretor de Relações Institucionais e
Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho

Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa

Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa

Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Timóteo

Superintendente Regional de Recife

Hélio Pereira

Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel

Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira

Chefe da Residência Especial de Teresina

Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Desenvolvimento Energético / Secretaria de Minas e Metalurgia
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

**PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

ESTADO DO PIAUÍ

***DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO
PIAUÍ***

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Robério Bôto de Aguiar
José Roberto de Carvalho Gomes

Fortaleza
Março/2004

COORDENAÇÃO GERAL

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANÇEIRA

José Emílio C. Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti - DIHEXP

COORDENAÇÃO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO

José Alberto Ribeiro - REFO

Oderson A. de Souza Filho - REFO

Francisco C. Lages C. Filho - RESTE

João Alfredo da C. L. Neto - SUREG-RE

José Carlos da Silva - SUREG-RE

Luis Fernando C. Bonfim - SUREG-SA

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

REFO

Ângelo Trévia Vieira

Felicíssimo Melo

Francisco Alves Pessoa

Jader Parente Filho

José Roberto de Carvalho Gomes

Liano Silva Veríssimo

Luiz da Silva Coelho

Robério Bôto de Aguiar

RESTE

Antônio Reinaldo Soares Filho

Carlos Antônio Luz

Cipriano Gomes Oliveira

Heinz Alfredo Trein

Ney Gonzaga de Souza

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira

Breno Augusto Beltrão

Cícero Alves Ferreira

Cristiano de Andrade Amaral

Dunaldson Eliezer G. A da Rocha

Franklin de Moraes

Frederico José Campelo de Souza

Jardo Caetano dos Santos

José Wilson de Castro Temóteo

João de Castro Mascarenhas

Jorge Luiz Fortunato de Miranda

Luiz Carlos de Souza Júnior

Manoel Júlio da Trindade G. Galvão

Saulo de Tarso Monteiro Pires

Sérgio Monthezuma S. Guerra

Simeones Neri Pereira

Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho

Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edvaldo Lima Mota

Edmilson de Souza Rosa

Hermínio Brasil Vilaverde Lopes

João Cardoso Ribeiro M. Filho

Luis Henrique Monteiro Pereira

Pedro Antônio de Almeida Couto

Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares

Eduardo Jorge Machado Simões

Ely Soares de Oliveira

Haroldo Santos Viana

Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

EM DESTAQUE

Almir Araújo Pacheco - SUREG-BE

Ana Cláudia Vieira - SUREG-PA

Bráulio Robério Caye - SUREG-PA

Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA

Geraldo de B. Pimentel - SUREG-PA

José Cláudio Viegas C. - SUREG-SA

Paulo Pontes Araújo - SUREG-BE

Tomás E. Vasconcelos - SUREG-GO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior

Adriana de Jesus Felipe

Álerson Faliery Suarez

Almir Gomes Freire - CPRM

Ângela Aparecida Pezzuti

Antônio Celso R. de Melo - CPRM

Antônio Edílson Pereira de Souza

Antônio Jean Fontenele Menezes

Antônio Manoel Marciano Souza

Antônio Marques Honorato

Armando Arruda Câmara F. - CPRM

Carlos Alberto G. de Andrade - CPRM

Celso Viana Maciel

Cícero René de Souza Barbosa

Cláudio Márcio Fonseca Vilhena

Claudionor de Figueiredo

Cleiton Pierre da Silva Viana

Cristiano Alves da Silva

Edivaldo Fateicha - CPRM

Eduardo Benevides de Freitas

Eduardo Fortes Crisóstomos

Eliomar Coutinho Barreto

Emanuelly de Almeida Leão

Emerson Garret Menor

Emicles Pereira C. de Souza

Érika Peconick Ventura

Erval Manoel Linden - CPRM

Ewerton Torres de Melo

Fábio de Andrade Lima

Fábio de Souza Pereira

Fábio Luiz Santos Faria

Francisco Augusto A. Lima

Francisco Edson Alves Rodrigues

Francisco Ivanir Medeiros da Silva

Francisco José Vasconcelos Souza

Francisco Lima Aguiar Junior

Francisco Pereira da Silva - CPRM

Frederico Antônio Araújo Meneses

Geancarlo da Costa Viana

Genivaldo Ferreira de Araújo

Gustavo Lira Meyer

Haroldo Brito de Sá

Henrique Cristiano C. Alencar

Jamile de Souza Ferreira

Jaqueline Almeida de Souza

Jefté Rocha Holanda

João Carlos Fernandes Cunha

João Luis Alves da Silva

Joelza de Lima Enéas

Jorge Hamilton Quidute Goes

José Carlos Lopes - CPRM

Joselito Santiago Lima

Josemar Moura Bezerril Junior

Julio Vale de Oliveira

Kênia Nogueira Diógenes

Marcos Aurélio C. de Góis Filho

Mário Wardi Junior

Matheus Medeiros Mendes Carneiro

Maurício Vieira Rios - CPRM

Michel Pinheiro Rocha

Narcelya da Silva Araújo

Nicácia Débora da Silva

Oscar Rodrigues Aciolly Júnior

Paula Francinete da Silveira Baia

Paulo Eduardo Melo Costa

Paulo Fernando Rodrigues Galindo

Pedro Hermano Barreto Magalhães

Raimundo Correa da Silva Neto

Ramiro Francisco Bezerra Santos

Raul Frota Gonçalves

Rodrigo Araújo de Mesquita

Romero Amaral Medeiros Lima

Rosângela de Assis Nicolau

Saulo Moreira de Andrade - CPRM

Sérvulo Fernandez Cunha

Thiago de Menezes Freire

Valdirene Carneiro Albuquerque

Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM

Vilmar Souza Leal - CPRM

Wagner Ricardo R. de Alkimim

Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZAÇÃO

José Roberto de Carvalho Gomes

Robério Bôto de Aguiar

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Localização e Aspectos Sócio-Econômicos

Homero Coelho Benevides

Raimundo Anunciato de Carvalho

Robério Bôto de Aguiar

Valderedo de Almeida Magno

Aspectos Fisiográficos e Geologia

Epifânio Gomes da Costa

Recursos Hídricos Superficiais

Francisco Tarcísio Braga Andrade

Robério Bôto de Aguiar

Recursos Hídricos Subterrâneos

Jose Roberto de Carvalho Gomes

DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

Liano Silva Veríssimo

Ricardo de Lima Brandão

Robério Bôto de Aguiar

ILUSTRAÇÕES

Ângelo Trévia Vieira
Francisco Vladimir Castro Oliveira
Iaponira Paiva Gomes
José Alberto Ribeiro
José Roberto de Carvalho Gomes
Liano Silva Veríssimo
Oderson Antônio de Souza Filho
Raimundo Anunciato de Carvalho
Ricardo de Lima Brandão
Sara Maria Pinotti Benvenuti

BANCO DE DADOS

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Administração

Eriveldo da Silva Mendonça

Consistência

Janólfta Leda Rocha Holanda

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Execução

Antônio Celso Rodrigues de Melo
José Emilson Cavalcante
Selêucis Lopes Nogueira
Vicente Calixto Duarte Neto

A282	Aguiar, Robério Bôto de Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de São Francisco do Piauí / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes . — Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. 1. Hidrogeologia – Piauí - Cadastros. 2. Água subterrânea – Piauí - Cadastros. I. Gomes, José Roberto de Carvalho. II Título. CDD 551.49098122
------	---

APRESENTAÇÃO

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o início o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hídricos subterrâneos, de forma compatível com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Embora com múltiplas finalidades, este Projeto visa atender diretamente às necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com as Secretarias de Energia e de Minas e Metalurgia e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsídios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial
CPRM – Serviço Geológico do Brasil

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA	1
3. METODOLOGIA	2
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	2
4.1. LOCALIZAÇÃO	2
4.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	2
4.3. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS	3
4.4. GEOLOGIA	4
4.5. RECURSOS HÍDRICOS	5
4.5.1. Águas Superficiais	5
4.5.2. Águas Subterrâneas	5
5. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS	5
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	8
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	8
ANEXO 1 - PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO	
ANEXO 2 - MAPA DE PONTOS D'ÁGUA	

1 - INTRODUÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade dessas fontes hídricas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tomar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de ser solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está realizando o **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com os propósitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo cadastrar todos os poços tubulares, poços amazonas representativos e fontes naturais em uma área, inicial, de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 - Área de abrangência do Projeto

3 - METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização deste projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e de Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (poço tubular, poço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de ser coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade e uso da água, e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente ao Núcleo de Processamento de Dados da CPRM - Residência de Fortaleza, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados que, devidamente consistido e tratado, possibilitou a elaboração de um mapa de pontos d'água de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água foram utilizados, como base cartográfica, os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *ArcView*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem por problemas ainda existentes na cartografia municipal ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ

4.1 - Localização

O município está localizado na microrregião de Floriano (figura 2), compreendendo uma área irregular de 1.422 km², tendo como limites ao norte o município de Oeiras, ao sul o município de São José do Peixe, a leste Oeiras e Colônia do Piauí, e a oeste Nazaré do Piauí.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 07°15'05" de latitude sul e 42°32'36" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 317 km de Teresina.

4.2 - Aspectos Socioeconômicos

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos *sites* do IBGE (www.ibge.gov.br) e do Governo do Estado do Piauí (www.pi.gov.br).

O município foi criado pela Lei nº 1.453 de 30/11/1956, sendo desmembrado de Oeiras. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 6.356 habitantes e uma densidade demográfica de 4,5 hab/km², onde 72% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 65% da população acima de 10 anos de idade são alfabetizadas.

A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos, e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, feijão, mandioca e milho.

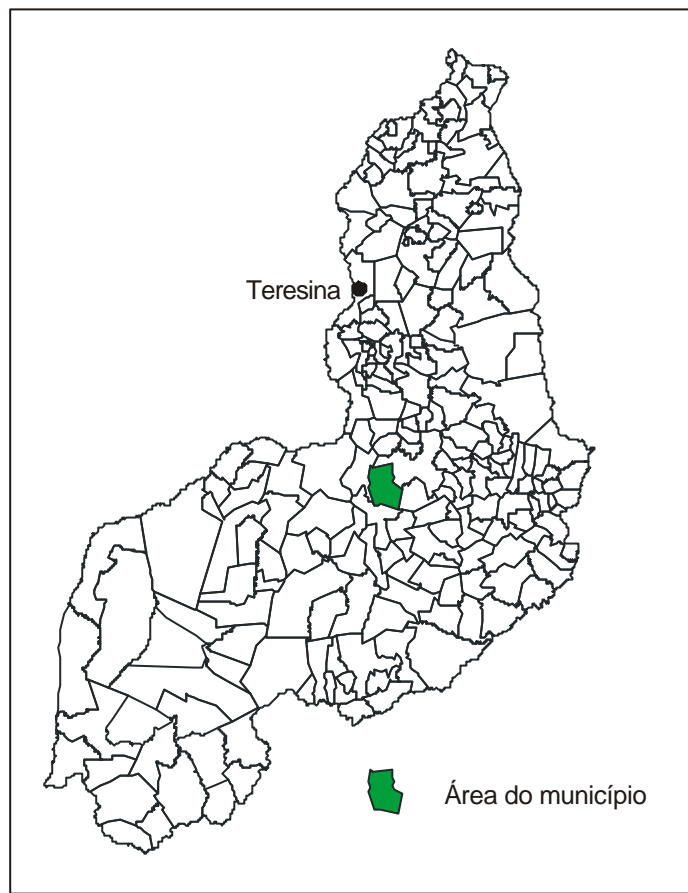


Figura 2 - Mapa de localização do município

4.3 - Aspectos Fisiográficos

As condições climáticas do município de São Francisco do Piauí (com altitude da sede a 158 m acima do nível do mar) apresentam temperaturas mínimas de 25°C e máximas de 39°C, com clima semi-úmido e quente. Ocasionalmente, chuvas intensas, com máximas em 24 horas. A precipitação pluviométrica média anual (registrada, na sede do município, 800 mm) é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais entre 800 a 1.400 mm e trimestres janeiro-fevereiro-março e dezembro-janeiro-fevereiro como os mais chuvosos. Os meses de janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido. Estas informações foram obtidas a partir do Perfil dos Municípios (IBGE – CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986).

Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, siltito, folhelho, calcário e laterito. Compreendem solos litólicos, álicos e distróficos, de textura média, pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, fase pedregosa, com floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado. Associados ocorrem solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais, floresta sub-caducifólia/caatinga. Secundariamente, ocorrem areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Sudeste do Piauí II (CPRM, 1973) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986).

As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986) e Geografia do Brasil – Região Nordeste (IBGE, 1977).

4.4 - Geologia

Conforme a figura 3, as unidades geológicas que afloram na área do município pertencem às coberturas sedimentares, conforme descritas abaixo. Os sedimentos mais recentes estão representados pelos Depósitos Colúvio – Eluviais, que reúnem areia, argila, cascalho e laterito. Entremendo o pacote, jaz a denominada Formação Potí contendo arenito, folhelho e siltito. Na base da seqüência repousam os sedimentos da Formação Longá englobando arenito, siltito, folhelho e calcário.

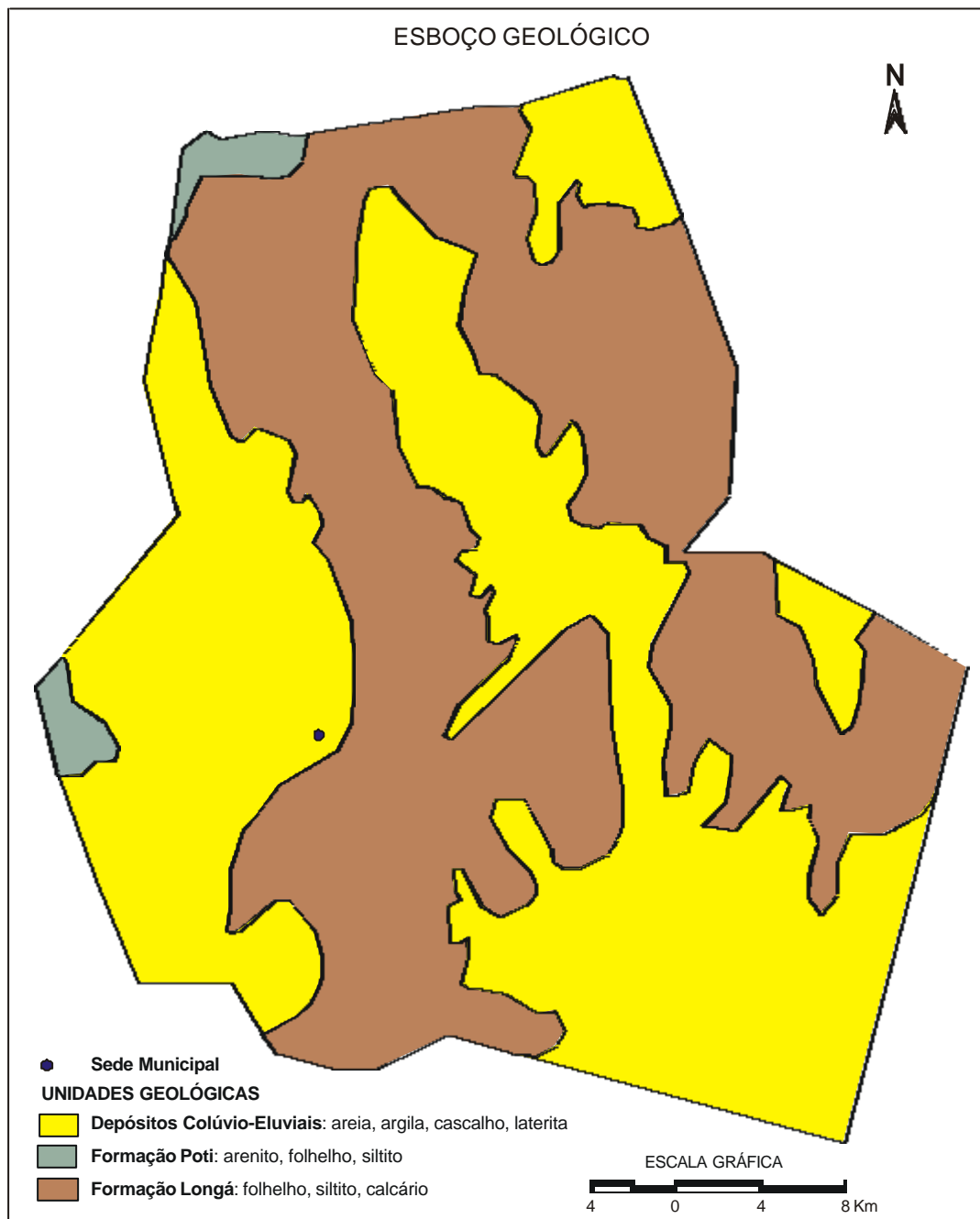


Figura 3 - Esboço geológico do município

4.5 - Recursos Hídricos

4.5.1 - Águas Superficiais

Os recursos hídricos superficiais gerados no estado do Piauí estão representados pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba, a mais extensa dentre as 25 bacias da Vertente Nordeste, ocupando uma área de 330.285 km², o equivalente a 3,9% do território nacional e abrange o estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará.

O rio Parnaíba possui 1.400 quilômetros de extensão e a maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina são perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas. Depois do rio São Francisco, é o mais importante rio do Nordeste.

Dentre as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Potí e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Cabe destacar que a sub-bacia do rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semi-árida.

Apesar do Piauí estar inserido no “Polígono das Secas”, não possui grande quantidade de açudes. Os mais importantes são: Boa Esperança, localizado em Guadalupe e represando cinco bilhões de metros cúbicos de água do rio Parnaíba, vem prestando grandes benefícios à população através da criação de peixes e regularização da vazão do rio, o que evitará grandes cheias, além de melhorar as possibilidades de navegação do rio Parnaíba; Caldeirão, no município de Piri-piri, onde se desenvolve grandes projetos agrícolas; Cajazeiras, no município de Pio IX, é também uma garantia contra a falta de água durante as secas; Ingazeira, situado no município de Paulistana, no rio Canindé e; Barreira, situado no município de Fronteiras.

Os principais cursos d’água que drenam o município são: os rios Piauí e Croata, além do riacho da Baixa e do ribeirão da Tranqueira.

4.5.2 - Águas Subterrâneas

No município de São Francisco do Piauí pode-se distinguir dois domínios hidrogeológicos distintos: rochas sedimentares e depósitos colúvio-eluviais.

As unidades do domínio rochas sedimentares, pertencem à Bacia do Parnaíba, englobando as formações Longá e Poti.

As formações Longá e Potí, por terem como constituintes litológicos, predominantemente, rochas de baixa permeabilidade, não apresentam importância, sob o ponto de vista hidrogeológico.

O domínio correspondente aos depósitos colúvio-eluviais se refere a coberturas de sedimentos detríticos, com idade terciário-quadernária. As rochas deste domínio não se caracterizam como potenciais mananciais de captação d’água, pois suas unidades litológicas são delgadas e pouco favoráveis à acumulação de água subterrânea.

5 - DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a presença de 88 pontos d’água, sendo todos poços tubulares.

Quanto à propriedade do terreno onde se encontram, os poços foram classificados em: públicos, quando estão em terrenos de servidão pública e; particular, quando estão em propriedades privadas. A figura 4 mostra que 50 poços são públicos e 38 são de uso particular.

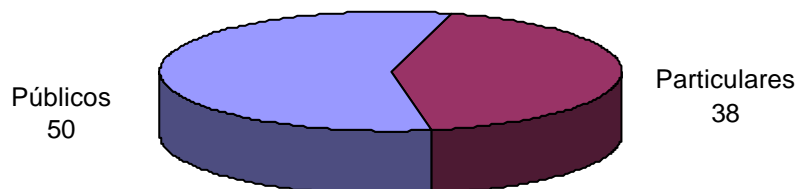


Figura 4 – Natureza da propriedade do terreno.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados com manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles que foram perfurados, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, e representam os que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 1 e em termos percentuais na figura 5.

Quadro 1 - Situação atual dos poços cadastrados com relação a finalidade de uso da água.

Natureza do poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado
Público	1	38	6	5
Particular	0	25	12	1
Total	1	63	18	6

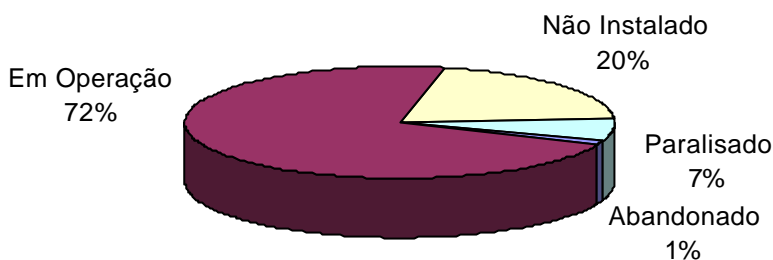


Figura 5 - Situação dos poços cadastrados

A figura 6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços desativados (paralisados e não instalados), mas passíveis de entrar em funcionamento. Verifica-se que 13 poços particulares estão desativados. Com relação aos poços públicos, 11 encontram-se desativados, podendo, entretanto vir a operar, somando suas descargas àquelas dos 38 poços que estão em uso.

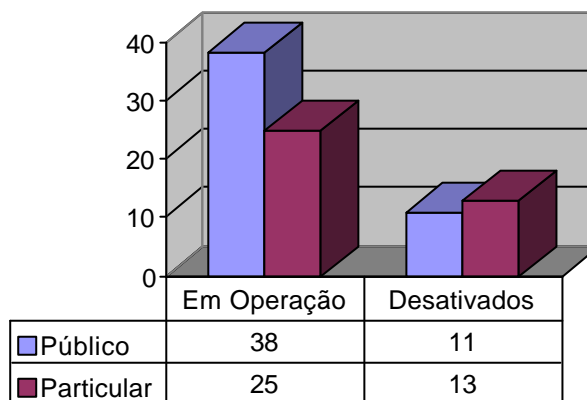


Figura 6 – Poços em uso e passíveis de funcionamento

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a figura 7 mostra que 23 poços particulares e 25 poços públicos utilizam energia elétrica. O restante, 25 poços públicos e 15 particulares utilizam outras fontes de energia, como: eólica (cata-vento), solar e combustíveis (óleo diesel, gasolina etc).

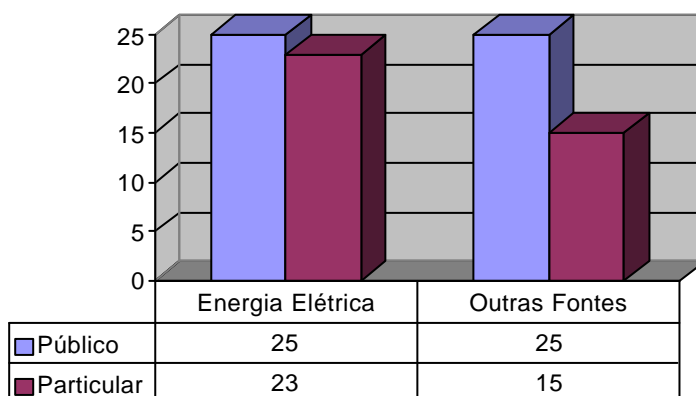


Figura 7 – Tipo de energia utilizada nos sistemas de bombeamento de água

Com relação à qualidade das águas dos poços cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade elétrica, que é a capacidade de uma substância conduzir a corrente elétrica, diretamente relacionada com o teor de sais dissolvidos.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade elétrica da água multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sólidos totais dissolvidos (STD). Neste diagnóstico, utilizou-se o fator 0,65 para obter o teor de sólidos dissolvidos nas águas analisadas.

A água com demasiado teor de minerais dissolvidos não é conveniente para certos usos. Contendo menos de 500 mg/L de sólidos dissolvidos é, em geral, satisfatória para o uso doméstico e para muitos fins industriais. Com mais de 1.000 mg/L contém minerais que lhe conferem um sabor desagradável e a torna inadequada para diversas finalidades.

Para efeito de classificação das águas dos poços cadastrados, foram considerados os seguintes intervalos de sólidos totais dissolvidos (STD).

< 500 mg/L	Água doce
500 a 1.500 mg/L	Água salobra
> 1.500 mg/L	Água salgada

Foram coletadas amostras de água e analisados os sólidos totais dissolvidos de 65 poços, tendo como resultados valores variando de 40,3 a 804,7 mg/L e valor médio de 305 mg/L. Conforme a figura 8 que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, a maioria das águas analisadas foram classificadas como doce, ou seja, os sólidos totais dissolvidos nestas águas estão abaixo de 500 mg/L. Apenas 8 amostras apresentaram água salobra.

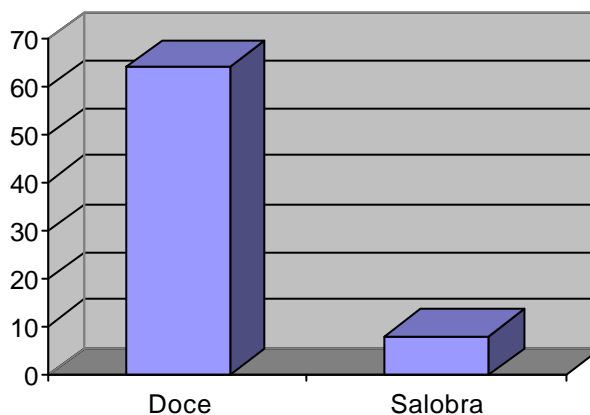


Figura 8 - Qualidade das águas subterrâneas dos poços cadastrados

6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados referentes ao cadastramento de poços executado no município, permitiu estabelecer as seguintes conclusões:

1. Em termos de domínio hidrogeológico, predominam as rochas da Bacia Sedimentar do Parnaíba, que possuem porosidade primária e boa permeabilidade, proporcionando boas condições de armazenamento e fornecimento de água;
2. O quadro 2 apresenta a situação atual dos poços existentes no município, onde cerca de 57% dos poços cadastrados são públicos e 27% do total são passíveis de funcionamento, podendo aumentar significativamente a oferta de água para a população;
3. Aproximadamente 55% dos poços são atendidos por rede de energia elétrica, o restante utiliza-se de fontes alternativas (eólica, solar) ou combustíveis para funcionar o sistema de bombeamento de água;
4. Em termos de qualidade das águas subterrâneas, as amostras analisadas mostraram que a grande maioria dos poços (89%) apresentam água doce e 11% são salobras.

Quadro 2 - Situação atual dos poços cadastrados no município

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Total
Público	1	38	6	5	50
Particular	0	25	12	1	38
Total	1	63	18	6	88

Com base nas conclusões acima estabelecidas pode-se fazer as seguintes recomendações:

1. Os poços desativados e não instalados devem entrar em programas de recuperação e instalação de equipamentos de bombeamento, visando o aumento da oferta de água à região;
2. Poços paralisados em virtude de alta salinidade, devem ser analisados com detalhe (vazão, análise físico-química, nº de famílias atendidas etc.) visando a instalação de equipamentos de dessalinização da água;
3. Todos os poços necessitam de manutenção periódica para assegurar o seu funcionamento, principalmente, em tempos de estiagens prolongadas;
4. Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas, em todos os poços, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geografia do Brasil. *Região Nordeste*. Rio de Janeiro, SERGRAF. IBGE, 1977
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapas Base dos municípios do Estado do Piauí]. Escalas variadas. Inédito.
- JACOMINE, P.K.T. et al.. Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986. 782 p *ilust.*
- LIMA, E. de A. M. & LEITE, J.F. – 1978 – Projeto Estudo Global da Bacia Sedimentar do Parnaíba. Recife: DNPM/CPRM.
- PESSOA, M. D. – 1979 – Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste. Folha Nº 18 – São Francisco – NE. Recife. SUDENE
- PROJETO CARVÃO DA BACIA DO PARNAÍBA. Convênio DNPM/CPRM. Relatório Final da Etapa I. vol. 1. Recife. 1973
- PROJETO RADAM. FOLHA SB.23 TERESINA E PARTE DA FOLHA SB.24 JAGUARIBE; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. 1973.

ANEXO 1

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São Francisco do Piauí - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GF565	VARZEA I	7 3 43,5	42 33 12,7	Poço tubular	Público	80	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	63,05
GF567	CARNAIBA I	7 14 0	42 31 50,5	Poço tubular	Público	110	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	360,1
GF568	SEDE I - BAIRRO RONDON	7 14 17,1	42 32 8,1	Poço tubular	Público	140		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	456,95
GF569	SEDE II - BEIRA RIO	7 14 15,8	42 32 30,3	Poço tubular	Público	140		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	443,3
GF570	SEDE DO MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO	7 14 24,4	42 32 23,6	Poço tubular	Público	120	2000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	287,95
GF571	SEDE - HOSPITAL U. MISTA DE SAUDE	7 14 49,2	42 32 32,1	Poço tubular	Público	140		Paralisado				353,6
GF572	SEDE - PRACA DA IGREJA	7 14 54,6	42 32 32	Poço tubular	Público	140		Em Operação	Bomba injetora	Elétrica trifásica		
GF573	SEDE VII - PRACA DA IGREJA	7 14 54,7	42 32 31,1	Poço tubular	Público	123	48000	Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica		
GF574	SEDE VIII - RUA NOVA / XV NOVEMBRO	7 14 42,8	42 32 43	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	447,2
GF575	SEDE IX - ACOUGUE MUNICIPAL	7 15 4,7	42 32 35,8	Poço tubular	Público			Não Instalado				
GF576	CANTINHO I	7 14 57,3	42 32 28,2	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	564,2
GF577	CANTINHO II	7 14 49	42 32 9,8	Poço tubular	Particular			Não Instalado				551,2
GF578	FAZENDA CARNAIBA II	7 13 51	42 31 46,4	Poço tubular	Particular	103	13000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	156
GF579	SAO JOSE - FAZENDA SOSSEGO	7 13 29,8	42 31 16,4	Poço tubular	Particular	110	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	96,2
GF580	VARZEA II - FAZENDA PESSOA	7 3 54,8	42 33 12	Poço tubular	Particular	150	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	253,5
GF581	VARZEA III - FAZENDA PESSOA	7 3 47,9	42 33 14,9	Poço tubular	Particular	80	2000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	105,95
GF582	VEREDA	7 5 24,5	42 32 13,5	Poço tubular	Particular	130	20000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica		
GF583	SERRINHA I	7 5 58,9	42 33 25,8	Poço tubular	Público	302	46000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	282,1
GF584	SERRINHA	7 5 55,7	42 33 34,1	Poço tubular	Público	115	3000	Paralisado	Bomba injetora	Elétrica monofásica		
GF661	LAGOA DO BARRO I	7 16 38,7	42 31 33	Poço tubular	Particular	100	30000	Não Instalado				299,65
GF662	LAGOA DO BARRO II	7 16 34,9	42 31 23,8	Poço tubular	Público	155	9000	Em Operação	Bomba injetora		Comunitário	785,2
GF663	LAGOA DO BARRO III	7 16 23,1	42 31 33,2	Poço tubular	Particular	120		Não Instalado				447,85
GF664	MORADA NOVA I	7 16 57,4	42 32 31,4	Poço tubular	Particular	100	12000	Não Instalado	Sarilho		Comunitário	161,85
GF665	MORADA NOVA II	7 17 17,3	42 32 41	Poço tubular	Particular	150		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	83,2
GF666	MORADA NOVA III	7 17 11,3	42 32 33,7	Poço tubular	Particular	150		Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	
GF667	FAZENDA BOA ESPERANCA	7 17 45,1	42 32 45,6	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	66,95
GF668	RAMADA I	7 18 10,5	42 32 6,2	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	124,8
GF669	BOCA DA CAATINGA	7 18 3,4	42 32 40,8	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho		Comunitário	60,45
GF670	RIACHO FUNDO	7 19 52,3	42 33 8,3	Poço tubular	Particular	111	12000	Não Instalado	Sarilho		Particular	305,5
GF671	FAZENDA RAMADA II	7 20 5	42 33 30,1	Poço tubular	Particular	107	16000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	256,1
GF672	JACARE I	7 21 22,7	42 33 2,2	Poço tubular	Particular	100	14000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	183,95
GF673	JACARE II	7 21 44,7	42 33 39,7	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	162,5
GF674	SUCURUIU I	7 17 30,9	42 35 31,8	Poço tubular	Particular	120		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Particular	324,35

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São Francisco do Piauí - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GF675	SUCURUIU II	7 17 24,1	42 35 37,4	Poço tubular	Público	90		Em Operação	Bomba injetora		Comunitário	328,25
GF676	LAGOA DE CIMA	7 17 25,6	42 37 51,2	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho			161,85
GF677	FAZENDA JUNCO	7 14 49,1	42 37 7,2	Poço tubular	Particular	150		Em Operação	Bomba manual	Óleo Diesel	Comunitário	80,6
GF678	AGUAS BELAS	7 15 11,4	42 36 13,4	Poço tubular	Público	95		Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	
GF679	AGUA BRANCA	7 14 19	42 34 56,2	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Particular	165,75
GF680	SITIO DO MEIO	7 15 40,7	42 34 55,5	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	
GF681	SACO I	7 14 17,6	42 33 47,9	Poço tubular	Público	120	5000	Abandonado				
GF682	SACO II	7 14 33,9	42 33 57,1	Poço tubular	Particular	120	12000	Não Instalado				
GF683	.SOCORRO III - COLEGIO	7 14 6,2	42 33 29,7	Poço tubular	Público	102		Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	197,6
GF684	BEIRA RIO	7 13 55	42 32 53	Poço tubular	Particular	94		Não Instalado				378,95
GF741	JATOBA	7 13 36,6	42 28 56	Poço tubular	Público	170		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	307,45
GF742	MELANCIA II (FAZENDA VARGINHA)	7 13 50,5	42 28 14,1	Poço tubular	Particular	170		Não Instalado				302,9
GF743	POBRE I	7 16 14,5	42 28 14,4	Poço tubular	Público	100	5000	Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	530,4
GF744	POBRE II	7 15 59,9	42 28 2,2	Poço tubular	Particular	74	3000	Não Instalado	Sarilho		Particular	539,5
GF745	MELANCIAS I	7 14 11,2	42 27 32	Poço tubular	Público	90	8500	Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	738,4
GF746	CARAIBAS II (ESCOLA JOSEFA TEXEIR	7 14 27	42 24 56,8	Poço tubular	Público	100		Não Instalado				
GF747	CARAIBAS I	7 14 24,3	42 24 59,3	Poço tubular	Particular	120	8000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	413,4
GF748	JENIPEIRA (ESCOLA RAIMUNDO MA	7 16 5,2	42 23 33,5	Poço tubular	Público	130		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	168,35
GF749	ARRANCO	7 17 8,8	42 25 8	Poço tubular	Público	150	20000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	325,65
GF750	GOLFOS I	7 16 22	42 21 22,4	Poço tubular	Particular	80		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	314,6
GF751	GOLFOS II (ESCOLSA GETULIO VARGA	7 16 31	42 21 19,4	Poço tubular	Público	96		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	495,3
GF752	GOLFOS III - SUDENE	7 16 27,7	42 21 19,7	Poço tubular	Público	120	6000	Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	525,2
GF753	GOLFOS IV	7 16 42,9	42 21 3,5	Poço tubular	Particular	70		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	363,35
GF754	MALHADA GRANDE I	7 14 4,2	42 18 57,2	Poço tubular	Público	120		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	225,55
GF755	MALHADA GRANDE II	7 14 4,5	42 18 57,1	Poço tubular	Público	110		Não Instalado				174,85
GF756	MALHADA GRANDE III	7 14 25,5	42 19 27,8	Poço tubular	Particular	190		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Particular	89,7
GF757	GADO VELHACO - SUDENE	7 14 10,3	42 21 59,1	Poço tubular	Público	100	3200	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	256,75
GF758	JUREMA PRETA	7 13 0,5	42 23 37,7	Poço tubular	Público	110		Não Instalado				
GF759	TINGUIS	7 13 16,1	42 24 55,7	Poço tubular	Público	100	10500	Em Operação	Bomba injetora		Comunitário	403,65
GF760	RIACHO DA AREIA	7 12 14,4	42 24 51,7	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	284,7
GF761	RONDON	7 11 12,8	42 24 41,4	Poço tubular	Público	120		Não Instalado				804,7
GF762	PINDOVA	7 10 20	42 24 22,6	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	
GF763	QUEIMADOS	7 10 16,3	42 24 4,6	Poço tubular	Público	100		Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel	Comunitário	488,8

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São Francisco do Piauí - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GF764	PE DO MORRO	7 8 54,3	42 27 44,4	Poço tubular	Público	100		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	485,55
GF765	SERRINHA	7 6 9	42 33 57,2	Poço tubular	Público	120	10000	Em Operação	Bomba injetora	Elétrica monofásica		306,15
GF766	SAO BENTO	7 0 12,7	42 31 59,1	Poço tubular	Público	98	5000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	252,85
GF767	BARRAGEM SALINAS	6 59 39	42 31 14	Poço tubular	Público	120	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	210,6
GF768	MALHADA DE FORA (FAZENDA ARRUI)	6 59 16	42 32 44	Poço tubular	Particular	115	11000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	324,35
GF769	SAO PEDRO I	6 59 17,6	42 33 5,3	Poço tubular	Público	99	1000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	253,5
GF770	SAO PEDRO II	6 59 21	42 33 53,4	Poço tubular	Particular	58		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	376,35
GF771	SAO PEDRO III - SERRINHA	6 59 27,5	42 34 2,8	Poço tubular	Particular	120	3500	Em Operação	Bomba injetora	Elétrica monofásica	Particular	298,35
GF772	SAO PEDRO IV	6 59 27,7	42 34 6,9	Poço tubular	Público	100		Não Instalado				
GF773	SAO PEDRO V	6 59 28	42 34 27,3	Poço tubular	Particular	100	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	346,45
GF774	SAO PEDRO VI (ESCOLA ANA SILVA S)	6 59 32,6	42 34 54,2	Poço tubular	Público	125	40000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	477,75
GF775	CERCADO VELHO I	7 1 30,4	42 35 0,2	Poço tubular	Público	100		Paralisado	Bomba submersa	Elétrica monofásica		
GF776	CERCADO VELHO II	7 1 30,2	42 34 59,1	Poço tubular	Público	180		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	339,3
GF777	ANGELIM	7 2 44,5	42 33 46,1	Poço tubular	Particular	90		Não Instalado	Sarilho			85,15
GF778	NOVIDADE	7 2 19,7	42 33 35,9	Poço tubular	Particular	200	2000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	222,95
GF779	FAZENDA SANTA EDWIRGES	7 2 25,7	42 33 30,9	Poço tubular	Particular	114	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	125,45
GF780	VARZEA I	7 3 33,8	42 33 12,9	Poço tubular	Público	80	500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	40,3
GF781	VARZEA II	7 3 30	42 33 11,4	Poço tubular	Particular	112	18000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	218,4
GF782	ANTONIO FRANCISCO	7 6 17,4	42 29 40,3	Poço tubular	Público	84	10000	Em Operação	Bomba injetora	Óleo Diesel		295,1
GF783	BOTA	7 4 40,8	42 30 16,4	Poço tubular	Público	115	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	254,15
GF784	VEREDA	7 5 2,8	42 31 3,4	Poço tubular	Público	280	20000	Paralisado	Bomba submersa	Elétrica monofásica		
GF785	FAZENDA DE BAIXO	7 7 14,4	42 34 18,3	Poço tubular	Particular	150	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	304,2

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS D'ÁGUA